

A ERGATIVIDADE NAS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS:  
UM ESTUDO MORFOSSINTÁTICO.

Bruna Franchetto - UFRJ/CNPq  
Márcia D. Vieira - UNICAMP  
Yonne Leite - UFRJ/CNPq

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui uma versão preliminar da primeira etapa da investigação sobre ergatividade e estatividade e suas manifestações nas línguas indígenas brasileiras. O objetivo é uma discussão da aplicação do modelo tipológico a partir da qual levantamos uma série de questões relativas às estruturas sintáticas dessas línguas. Propomo-nos responder a tais questões no quadro de uma teoria gramatical mais abrangente que defina com clareza noções e categorias e que permita tratar de modo interessante fatos interligados, tanto no interior de cada língua como numa perspectiva comparativa. Este ensaio revela todas as lacunas de um exercício em andamento que inclui propostas em aberto e falhas de conhecimento, da teoria e de todos os fatos linguísticos.

O trabalho se organiza em duas Partes maiores. Na primeira, procuramos resumir de modo quase que didático o campo dos estudos tipológicos sobre a ergatividade, fenômeno definido e documentado sobretudo no âmbito da tipologia contemporânea, a partir dos anos setenta. Trataremos a contribuição de autores como Tchekhoff, Dixon, Comrie e Kibrik, para que se tenha uma idéia das diferentes matizes do pensamento tipológico atual; com eles, entram na cena dos debates linguísticos línguas "exóticas" como as da Austrália, Cáucaso, Polinésia, Sibéria, etc., e com elas a ergatividade.

A segunda Parte é dedicada à descrição e discussão da ergatividade em algumas línguas karibe das terras baixas da América do Sul Tropical (Amazônia *latus sensu*): Kuikuro, Macuxi, Hixkaryâna e Apalaí. Proceder-se-à, em seguida, à síntese das características tipológicas dessas línguas em termos das manifestações de ergatividade, apontaremos problemas sintáticos e formularemos hipóteses para sua análise, deixando indicados caminhos de desenvolvimento da pesquisa. As propostas aqui apenas delineadas não pretendem generalizar uma explicação da ergatividade para além das línguas karibe. Pretendem, sim, afirmar a necessidade de um aprofundamento do estudo da sintaxe das línguas indígenas (inclusive comparativamente), estudo que, sem dúvida, deve se basear em descrições cuidadosas e bem organizadas.

As proximas etapas do trabalho serão uma ampliação do quadro para nele incluir as línguas Tupi, Jê, Aruák e Yanomami.

## I. A PERSPECTIVA TIPOLOGICA

Nos estudos de tipologia, um tema que vem sendo redimensionado a partir do final da década dos 70, com base em dados de línguas não-indo-européias, é o da ergatividade. Tradicionalmente o rótulo "ergatividade" é usado para denominar na descrição gramatical o paralelismo morfológico existente, em algumas construções sintáticas, entre o objeto direto dos verbos transitivos e o sujeito dos verbos intransitivos, diferenciando-os do sujeito do verbo transitivo. Nessas línguas os sintagmas nominais sujeito dos verbos transitivos têm um afixo ou adposição de caso não-nominativo, caso esse denominado "ergativo"; o sujeito dos verbos intransitivos e o objeto direto dos verbos transitivos a mesma marca de caso - na maioria das vezes morfema 0 - caso esse denominado "absolutivo", estabelecendo, assim uma isonomia formal entre essas duas funções gramaticais. As línguas ditas ergativas são, pois, morfossintaticamente diferentes das línguas nominativas/acusativas, nas quais o caso nominativo é atribuído ao sujeito dos verbos transitivos e intransitivos e o caso acusativo ao objeto direto dos verbos transitivos, que são marcados diferentemente do objeto dos verbos transitivos.

Alguns exemplos do latim, língua nominativa/acusativa e do basco, língua ergativa/absolutiva ilustrarão esses dois tipos de línguas:

### Latim

- 1) *Viderint ist-a offici-a vir-i bon-i* (Cicero)  
ver-3pl este-ACpl ofício-ACpl homem-NOMpl bom-NOMPl  
"Ocupem-se destes ofícios os homens de bem"
- 2) *In senat-u vincerint vir-i bon-i*  
Em senado-ABL vencer-3pl homem-NOMPl bom-NOMPl  
"Que no senado vençam os homens de bem"

Como se vê o sintagma nominal sujeito (*vir-i boni*) sujeito do verbo transitivo *viderint* (3 pessoa do plural do futuro perfeito do indicativo ativo de *video*, *videre*, "ver") e do verbo intransitivo *vincerint* (3 pessoa plural do futuro perfeito do indicativo ativo de *vinco*, *vincere*) recebem o sufixo de nominativo plural, enquanto que o objeto direto do exemplo 1, *ista officia*, recebeu o sufixo de caso acusativo plural. Essa é a atribuição usual característica de uma língua do tipo nominativo/acusativo.

### Basco

- 3) *gizona-k gozokia jan-du* (Tchekhoff, 1978:82)  
homem-ERG doce comer-AUX"ter"  
O homem comeu o doce"
- 4) *gizona etorri-da*

homem vir-AUX "ser"  
 "o homem veio"

Confrontando a construção transitiva em (3) com a intransitiva em (4), se observa que, enquanto o sujeito do verbo transitivo recebe o sufixo *-k*, marca de caso ergativo, o sujeito do verbo intransitivo se comporta exatamente como o objeto do verbo transitivo, ambos não marcados ou marcados pelo caso absolutivo (morfema 0), dependendo da análise. Estamos diante de uma típica manifestação de ergatividade.

Tchekhoff reintroduziu o tópico da ergatividade nos estudos tipológicos em seu livro *Aux fondements de la syntaxe: l'ergatif* (1978), onde faz um histórico do uso do termo "ergativo".

Foi com as línguas caucasianas que o fenômeno ergativo e sua peculiaridade entraram na cena das investigações comparativas, ainda no fim do século passado. Hugo Schuchardt em *Über den Passiven Charakter des Transitivs in den Kaukasischen Sprachen* (1896), pode ser chamado de descobridor das primeiras línguas ergativas caucasianas. Ele constatou que nestas o verbo mantém com seus argumentos relações completamente diferentes daquelas conhecidas por um falante de línguas de tipo nominativo/acusativo (como o alemão, o inglês, o português). Constatou que dos dois argumentos de um verbo transitivo, era o paciente a apresentar uma relação mais íntima com o verbo, enquanto o argumento agente era, ao contrário, marcado e facultativo. Com base nisso, Schuchardt interpretou as construções transitivas das línguas ergativas caucasianas como sendo passivas obrigatórias, interpretação que passou a ser sustentada por vários autores nas décadas seguintes.

Em 1929, V. Dirr (*Einführung in das Studium der Kaukasischen Sprachen*) denomina pela primeira vez a construção passiva obrigatória das línguas caucasianas de "ergativa", elegendo como definidor o nome do argumento marcado por caso, o agente, aquele que faz a ação. Afirma Tchekhoff (op.cit.:12-13) que tanto Schuchardt como Dirr reagiram diante do estranhamento causado pela ergatividade, procurando aprisionar o insólito com a ajuda de noções familiares, decorrentes dos esquemas enraizados de falantes de línguas de tipo nominativo/acusativo. Disso decorriam tanto a interpretação passiva do primeiro como a proeminência dada pelo segundo ao sujeito agente do verbo transitivo.

Diz ainda Tchekhoff que é difícil libertar-se do etnocentrismo em matéria de análise linguística. O interesse das línguas com construções ergativas para a sintaxe geral viria de duas contribuições básicas de sua descoberta. Em primeiro lugar, ela abre as portas para o conhecimento de esquemas morfossintáticos diferentes dos das línguas clássicas. Em segundo lugar, permite relativizar a universalidade do esquema aristotélico sujeito-verbo-objeto sobre o qual têm trabalhado os linguistas ocidentais.

### I.1 A interpretação de Tchekhoff

Tchekhoff em *Aux fondements de la syntaxe: l'ergatif* empreende uma investigação comparativa de línguas ergativas dentro do modelo do estruturalismo funcionalista europeu (o prefácio do livro é de A. Martinet). Seu objetivo é definir, delimitar e compreender a construção ergativa para fins de uma tipologia das construções sintáticas, pela análise das estruturas ditas superficiais de enunciados básicos declarativos com verbos de um e de dois argumentos. Em outras palavras, o verbo intransitivo com seu único argumento obrigatório, o sujeito, e o verbo transitivo com seus dois argumentos, sujeito e objeto. Tchekhoff usa de modo intercambiável os termos argumento, participante e determinante do verbo ou do predicado.

O plano do livro é organizado em três partes que se seguem a uma introdução geral. O autor examina línguas que ele chama de "ergativas puras" (tongo, avar, basco e duas línguas extintas, o hurrita e o urarteano), línguas com duas construções, ergativa e nominativa, como o caucasiano ubykh, e línguas com sistemas híbridos, como o hindi, nepalês e georgiano. Limitar-nos-emos, aqui, ao primeiro tipo, as línguas ergativas puras, para ilustrar os argumentos da análise de Tchekhoff. Dessas línguas selecionamos o tongo e o basco a guisa de exemplos de dois sub-tipos de línguas ergativas.

Tchekhoff está em busca de critérios para reconhecer uma construção ergativa e nós veremos como ele define a ergatividade do tongo e do basco, identificando um sistema comum stoposto às diferenças entre as duas línguas.

Em primeiro lugar, se observa que numa construção ergativa, o participante agente de um verbo transitivo é marcado e facultativo. Ao mesmo tempo, o primeiro participante do verbo é não marcado quanto ao papel que exerce com relação ao predicado. Segundo Tchekhoff, "a dialética entre a marca de agente e a não-marca do primeiro participante é o centro funcional do esquema ergativo" (op.cit.:193). Agente se opõe a não-agente e não a paciente. O agente pode ser facultativo, uma expansão que, quando presente, comporta uma informação específica (quem faz a ação), como acontece em tongo. Por outro lado, o participante não-agente é o mais íntimo do predicado, é o primeiro determinante do predicado, obrigatório, então seu SUJEITO, dada a definição de Martinet. Mas esse SUJEITO não é especificado quanto ao seu papel semântico, podendo ser tanto autor como paciente da ação (Tchekhoff, op.cit.:60-61):

Tongo

- (5) 'oku 'alu 'a e fefiné  
 PRES ir SUJ DET mulher  
 "A mulher vá embora"

- (6) *'oku ui 'e he fa'é 'a e pepé*  
 PRES chamar AG DET mãe SUJ DET criança  
 "A mãe chama a criança"

O morfema '*e*' marca, como se ve dos exemplos acima, o participante agente em (6); o participante não-agente, o SUJEITO, como o define Tchekhoff, é marcado pelo morfema '*a*', sendo autor da ação em (5) e paciente em (6). De novo, temos um esquema ergativo, agora com uma oposição entre marca de agente e marca de não-agente. O participante SUJEITO é obrigatório, mas o agente é facultativo em tongo (Tchekhoff, op.cit.:61):

- (7) *'oku ui 'a e pepé*  
 PRES chamar SUJ DET criança  
 "A criança chamou"  
 "A criança é chamada"  
 "Chama-se a criança"

- (8) \**'oku ui 'e he fa'e*  
 PRES chamar AG DET mãe

Enquanto a frase em (8) é agramatical, por não ter SUJEITO, mas apenas especificação do participante agente, a construção em (7) pode ter diferentes interpretações, já que o primeiro participante não é especificado quanto ao seu papel semântico. Segundo Tchekhoff, é a situação extra-linguística que intervém para completar a mensagem, esclarecendo se "criança" é o autor ou o paciente da predicação do verbo.

Tchekhoff chama o predicado em tongo de predicado neutro ou não orientado ou disponível para servir a duas situações referencialmente opostas; sua neutralidade se combina com a assimetria funcional entre agente explícito e primeiro determinante com papel não especificado. Nesse sentido, não há em tongo oposição entre vozes verbais, como entre a voz ativa e a voz passiva nas línguas nominativas/acusativas. Essa neutralidade do predicado é considerada por Tchekhoff uma característica de muitas línguas ergativas. Nestas, ou não há oposição de vozes verbais ou, há uma oposição específica das línguas ergativas. Na terminologia do autor, ou não há diátese (1) ou há uma diátese específica, paralela à diátese ativo/passivo das línguas nominativas. É este o segundo critério definidor da ergatividade. Para que possa se falar em diátese verbal, é necessário que haja uma inversão das relações SUJEITO/verbo, como na oposição ativo/passivo das línguas nominativas, e alguma marca no verbo que indique a "orientação" deste, como no latim (Tchekhoff, op.cit.:38):

- Latim  
 (9) *homo amat* (ativo)  
 "O homem ama"

- ←  
(10) *homo amatur* (passivo)  
"O homem é amado"

Nas línguas ergativas, é a oposição entre ergativa e anti-passiva, encontrada em certas línguas australianas, como o Dyirbal do Queensland, a se revelar como paralela à oposição entre ativa e passiva nas línguas nominativas. Nesse caso, uma marca no verbo indica que seu SUJEITO não é o paciente da ação mas o seu autor. Voltaremos mais adiante (parte 2.2) à anti-passiva australiana analisada por Dixon.

Em Basco existem dois tipos de conjugação, a sintética e a perifrásistica. Consideremos a construção perifrásistica, onde ao infinitivo do verbo se segue o auxiliar: *d-a*, "ser", e *d-u*, "ter". Já vimos a construção ergativa do basco nos exemplos (3) e (4). Eis um outro (Tchekhoff, op.cit.:89):

Basco

- (11) *gizona-k haurra ikusi d-u*  
homem-AG criança ver SUJ-ter-AG  
"O homem viu a criança"

Observa-se a marca de agente em *gizona-k* e o fato de que no auxiliar estão marcados os participantes, sendo que ele pode ser decomposto da seguinte maneira: *d-*, prefixo coreferente ao primeiro determinante, o SUJEITO; *-u-*, "ter", auxiliar compatível com predicado de dois participantes, ou seja transitivo; morfema 0 coreferente ao agente de terceira pessoa. A existência do morfema 0 é comprovada pela oposição paradigmática com *d-u-t* no exemplo seguinte (Tchekhoff, op.cit.:83):

- (12) *ni-k gozokia jan d-u-t*  
1-AG doce comer SUJ-ter-1AG  
"Eu comi o doce"

Confronte-se a frase em (11) acima com as em (13), (14) e (15) abaixo (Tchekhoff, op.cit.:89 e 91):

- (13) *haurra ikusi d-a*  
criança ver SUJ-ser  
"A criança foi vista"  
"Viu-se a criança"  
"A criança se viu"

- (14) *ikusi d-u*  
"X (alguém) o viu"

- (15) *ikusi d-a*  
"Ele foi visto"

Os exemplos de (11) a (15) mostram que as classes verbais em basco se dividem, a partir do uso dos auxiliares, em dois tipos. O auxiliar "ser" requer apenas e somente um participante e é incompatível com o agente; daí a leitura

passivo-reflexiva de (13) e de (14). O argumento tem papel de paciente, não sendo permitida a leitura com ele sendo autor da ação, como vimos ser a leitura possível de (7) em tongo. Já em (14), exigindo o auxiliar "ter" dois participantes, a leitura deve considerar a presença, embora não explicitada, de um agente não específico. A oposição entre construções como as em (14) e (15) foi frequentemente considerada como manifestação de uma oposição de vozes de tipo ativo/passivo. A passiva não seria privativa de línguas nominativas, podendo existir em línguas ergativas como o basco. Note-se que para Tchekhoff não podemos falar em passiva nesse caso, porque não há inversão de relações entre SUJEITO e verbo: o SUJEITO continua sendo o participante que sofre a ação, como se vê se confrontarmos as frases em (11) e em (13) acima. Para Tchekhoff, seria este mais um argumento a favor de seu segundo critério definidor da ergatividade: ou neutralidade do predicado ou diátese anti-passiva, peculiar de certas línguas ergativas e somente delas.

Em resumo, Tchekhoff, ao tomar a construção ergativa como uma construção básica e não derivada de uma ativa, rejeita a interpretação dos descobridores da ergatividade, que a interpretaram como um processo obrigatório de passivização, fazendo com que as línguas ergativas fossem consideradas línguas sem orações ativas, línguas desviantes ou anômalas. Além disso, Tchekhoff não aceita a interpretação das construções com o auxiliar da em basco como sendo uma manifestação de passiva. Para Tchekhoff as línguas ergativas puras se caracterizam pela não existência de uma construção passiva.

Ainda nos mesmos anos da publicação na Europa do livro de Tchekhoff, dois artigos em inglês se tornam referência obrigatória pelas novas perspectivas de estudo tipológico que oferecem: o de R.M.W. Dixon (1979) e o de B.Comrie (1978), ambos intitulados "Ergativity".

## I.2 A contribuição de Dixon

Dixon, em seu artigo citado acima, renova o tema e o amplia, ao empreender um exaustivo "survey" das propriedades da ergatividade, acrescentando e dando um destaque especial às línguas australianas, que apresentam um vasto leque de manifestações morfológicas e sintáticas, o qual se estende quase que num continuum do esquema nominativo ao esquema ergativo.

Há muitas maneiras pelas quais a ergatividade pode se manifestar, com seu tratamento dos argumentos nucleares que agrupa sujeito intransitivo e objeto transitivo numa mesma categoria, separando-a da de sujeito transitivo.

A ergatividade pode se manifestar nos sistemas referenciais de pessoa, na concordância verbal, na ordem sintagmática dos constituintes da frase, na formação das incorporações. Não obstante essa variedade, o fenômeno mais

claro e, diríamos, clássico é em termos de marcas de flexão de caso.

A língua Dyirbal do Queensland (Austrália) nos oferece um exemplo (Dixon, op.cit.: 61):

- (16) *ŋuma banaga-nyu*  
pai voltar-PASS  
"O pai voltou"
- (17) *yabu banaga-nyu*  
mãe voltar-PASS  
"A mãe voltou"
- (18) *ŋuma yabu-ŋgu buru-n*  
pai mãe-ERG ver-PASS  
"A mãe viu o pai"
- (19) *yabu ŋuma-ŋgu buru-n*  
mãe pai-ERG ver-PASS  
"O pai viu a mãe"

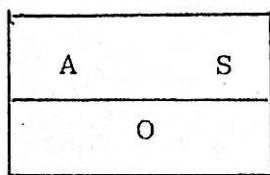
Nas orações transitivas, o agente sujeito é marcado pelo sufixo *-ŋgu*, enquanto sujeito de verbo intransitivo e objeto direto são marcados pelo morfema *O* de caso absolutivo. O termo "absolutivo", tomado da literatura sobre o Eskimó, outra língua ergativa, passa, a partir de Dixon, a denominar o caso de não-agente da abordagem de Tchekhoff. Observe-se que o Dyirbal manifesta sua ergatividade também na ordem sintagmática, já que o nominal absolutivo ocupa sempre a posição inicial da oração, ocupando o nominal ergativo, quando presente, a segunda posição antes do verbo. Para dar conta dos fatos decorrentes da ergatividade - morfologia de flexão de caso, ordem e, como veremos na seção seguinte, alguns processos sintáticos -, Dixon postula a necessidade de se utilizar na descrição e na análise linguísticas três relações nucleares sintático-semânticas ou três primitivos sintático-semânticos, como os define o autor:

- |   |                      |
|---|----------------------|
| S | Sujeito intransitivo |
| A | Sujeito transitivo   |
| O | Objeto transitivo    |

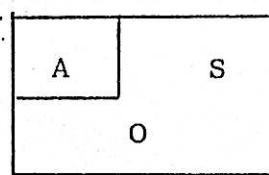
Assim, no nível morfológico, as línguas ergativas expressam A no caso ergativo e S e O no caso absolutivo. As línguas nominativo/acusativas, como o Latim, expressam A e S no caso nominativo (frequentemente O) e O no caso acusativo (frequentemente marcado explicitamente), Dixon sintetiza tais fatos no esquema abaixo (op.cit.:61):



Outro esquema pode representar os dois tipos de línguas:



línguas nominativo/  
acusativas



línguas ergativo/absolutivas

### I.2.1 A ergatividade sintática

Essa modificação da teoria linguística, traduzida na cisão da tradicional categoria gramatical de sujeito em dois primitivos sintático-semânticos (Agente e Sujeito) se justifica, na perspectiva de Dixon, com outros fatos do Dyirbal.

Nessa língua, algumas regras para a coordenação e a subordinação tratam S e O da mesma maneira e diferentemente de A. Em Dyirbal, a formação de uma construção complexa coordenando uma oração intransitiva e uma transitiva exige que se intransitivize o verbo e que se desergativize o sujeito do verbo transitivo; o objeto é por sua vez removido de sua posição argumental direta e passa a uma posição não argumental de complemento dispensável (*chômeur*). Assim, se quisermos coordenar as frases em (16) e em (19) acima, teremos que intransitivizar o verbo acrescentando a ele o sufixo *-ŋa(y)*, tornar o Agente marcado pelo caso ergativo um S absolutivo e fazer do Objeto um não-argumento marcado pelo caso dativo (sufixo *-gu*), de modo que o sintagma nominal comum às duas orações esteja em ambas em caso absolutivo (Dixon, op.cit.:63):

- (20) *ŋuma banaga-nyu bural-ŋa-nyu yabu-gu*  
pai voltar-PASS ver-INTS-PASS mãe-DAT  
"O pai voltou e viu a mãe"

- (21) *ŋuma bural-ŋa-nyu yabu-gu banaga-nyu*  
pai ver-INTS-PASS mãe-DAT voltar-PASS  
"O pai viu a mãe e voltou"

Na formação das orações relativas se observa o mesmo mecanismo, como demonstram os exemplos abaixo. A oração relativa deve ter um sintagma nominal comum com a oração principal e esse sintagma deve estar em função S ou O na relativa. A relativa (entre colchetes nos exemplos) é marcada pelo sufixo *-nu* e concorda com o caso absolutivo (Dixon, op.cit.:128):

- (22) *ŋuma-ŋgu yabu-∅ [dungara-ŋu-∅] bura-n*

pai-ERG mãe-ABS chorar-REL-ABS ver-PASS  
 O pai viu a mãe que estava chorando"

- (23) *ŋuma-∅ [bural-ŋa-ŋu-∅ yabu-gu] dungara-nyu*  
 pai-ABS ver-INTS-REL-ABS mãe-DAT chorar-PASS  
 "O pai, que viu a mãe, estava chorando"

Como se vê, no primeiro exemplo o sintagma nominal "mãe" é Objeto na principal e Sujeito de um verbo intransitivo na relativa. Na segunda construção, ao contrário, dado que "pai" é S na principal, mas A na relativa, é preciso intransitivizar o verbo "ver", cujo Objeto passa a ser um complemento dativo ("mãe-DAT").

Quando nesses processos sintáticos o Sujeito da oração intransitiva e o Objeto da transitiva são os elementos coordenados ou relativizados, não há modificação nas funções sintáticas e, consequentemente, os casos permanecem inalterados. Vimos isso na relativa em (22) e observamos o mesmo nas coordenadas abaixo:

- (24) *ŋuma banaga-nyu yabu-ŋgu bura-n*  
 pai(ABS) voltar-PASS mãe-ERG ver-PASS  
 "O pai voltou e foi visto pela mãe"

- (25) *ŋuma yabu-ŋgu bura-n banaga-nyu*  
 pai(ABS) mãe-ERG ver-PASS voltar-PASS  
 "O pai foi visto pela mãe e voltou"

Línguas como o Dyirbal são consideradas por Dixon como sendo sintaticamente e não apenas morfologicamente ergativas, porque há um reflexo na sintaxe da distinção entre A e S. Essas línguas são tipologicamente diferentes de línguas com morfologia também ergativa mas que não utilizam a distinção entre S e A em seus processos sintáticos. São estas línguas morfologicamente mas não sintaticamente ergativas. A sua sintaxe opera num esquema basicamente nominativo ( $S=A=0$ ). É o caso de outra língua australiana, o Walmatjari, parentada ao Dyirbal e como o Dyirbal ergativa na flexão de caso nominal. Não há em Walmatjari nenhuma transformação intransitivizadora do tipo existente em Dyirbal. O fato da sintaxe do Walmatjari ser nominativo/acusativa é ilustrado por certas coordenações e subordinações, como nos exemplos abaixo (Dixon, op.cit. 126):

- (26) *fkiryan-ula ma-na-∅-nja-lu mana-wanti-∅ patjani*  
 voltar-SUB IND-1exc-3-PL-ERG árvore-PL-ABS cortar  
 "Tendo voltado, nós cortamos árvores"

O sufixo *-ula* indica uma ação subordinada que se completou antes da ação principal ("cortar") acontecer. O sintagma nominal comum é S na subordinada e A na principal. Não há nenhuma intransitivização, como em Dyirbal, e o A continua marcado pelo sufixo de caso ergativo *-lu*.

Dixon introduz a noção de pivot sintático para uma adequada descrição das funções que regulam processos sintáticos. Estes, específicos de cada língua, como coordenação e subordinação, operam em termos de pivot; pivot S/A nas línguas sintaticamente nominativas, como vimos em Walmatjari e como as traduções em português dos exemplos (24) e (25) mostram, ao aplicar a transformação passiva; pivot S/O nas línguas sintaticamente ergativas, como acontece em Dyirbal. É geralmente o caso não marcado (ou com morfema Ø) a funcionar como pivot: nominativo ou absolutivo. A função de uma derivação intransitivizadora, como a passiva em português, por exemplo, e a marcada por -nay em Dyirbal, é garantir a manutenção do pivot sintático em coordenações e subordinações. Ela transforma um A em um S, quando essas construções complexas tomam O e S como pivot nas línguas sintaticamente ergativas. Transforma um O em um S quando o pivot é A e S, nas línguas sintaticamente nominativas.

Dixon toma o cuidado de enfatizar que a noção de pivot não deve ser confundida com a noção de sujeito sintático profundo. Mesmo nas línguas sintaticamente ergativas, como o Dyirbal, há processos que operam na base da junção de A e S, ou seja na base do sujeito, universal da sintaxe a nível da estrutura profunda. É o caso da elisão de sujeito nas orações imperativas, onde são cancelados S e A, mas não O. Pivot sintático é uma noção válida apenas para a estrutura superficial derivada de uma estrutura profunda. A intransitivização com -nay em Dyirbal deriva uma construção intransitiva de uma transitiva profunda para fins de coordenação e de subordinação (2).

### I.2.2 A anti-passiva

As construções do tipo visto em (20), (21) e (23), em que o Objeto é removido de sua posição argumental passando a um complemento acessório e em que o verbo é intransitivizado, recebem o nome de anti-passivas, por resultarem de uma operação oposta a da formação de construções passivas. Nas passivas o Objeto é promovido para a posição de Sujeito e o Agente é removido para a posição facultativa de um complemento marcado. Vejamos o paralelismo entre anti-passiva e passiva (Dixon, op.cit.:63):

Dyirbal

- (27) *yabu n̄uma-n̄gu bura-n* (ergativa)  
 mãe pai-ERG ver-PASS  
 "O pai viu a mãe"

- n̄uma buŋal-ŋa-nyu (yabu-gu)* (anti-passiva)  
 pai ver-ANTIPS-PASS (mãe-DAT)  
 "O pai viu (a mãe)"

Português

- (28) O carro atropelou o menino (ativa)

Agente	Objeto
O menino foi atropelado (pelo carro)	(passiva)
Sujeito	Agente

A mesma similaridade cognitiva, nos termos de Dixon, ou seja a mesma sinonímia, vale tanto para o par ativa/passiva como para o par ergativa/anti-passiva. Assim como a anti-passiva é obrigatoriedade em Dyirbal na ausência de um Objeto, a passiva é obrigatoriedade numa língua nominativa, como o português, na ausência do Agente. Os exemplos acima mostram claramente que enquanto o Dyirbal junta as funções gramaticais S e O, o português agrupa S e A. As construções anti-passivas são características das línguas ergativas, tanto das morfológicamente como das sintaticamente ergativas. As passivas são típicas das línguas nominativas, embora delas não sejam privativas, como documenta a língua Eskimó, língua ergativa com passiva. Lembramos que a anti-passiva, com seu evidente paralelismo com a construção passiva, foi considerada por Tchekhoff a diátese característica de certas línguas ergativas (parte I.1).

O verbo anti-passivizado resulta em um intransitivo derivado. Esse processo de intransitivização de um verbo transitivo marca muitas vezes a reflexivização. Assim, em muitas línguas australianas o afixo que assinala a construção anti-passiva é também um morfema reflexivo. Vejam os dados do Yidiny (Dixon e Blake, 1979:14):

- (29) *wagudya-ŋgu bunya wawa-I* (ergativa)  
homem-ERG mulher(ABS) olhar-PRES  
"O homem está olhando a mulher"
- (30) *wagu:dya wawa-:dyi-n* (reflexiva)  
homem(ABS) olhar-REFL-PRES  
"O homem está se olhando"
- (31) *wagu:dya bunya:-nda wawa-:dyi-n* (anti-passiva)  
homem(ABS) mulher-DAT olhar-ANTPS-PRES  
"O homem está olhando a mulher"

### I.2.3 A tipologia da ergatividade

Estabelecida a distinção entre línguas morfológicamente ergativas e línguas sintaticamente ergativas, Dixon propõe três possibilidades tipológicas em que línguas nominativas e ergativas se enquadram. São elas:

1. Línguas sintática e morfológicamente nominativas (português).
2. Línguas sintaticamente nominativas e morfológicamente ergativas (Walmatjari).

### 3. Línguas sintática e morfologicamente ergativas (Dyirbal).

Línguas sintaticamente ergativas e morfologicamente nominativas não são encontradas, uma vez que a ergatividade sintática decorre de alguma diferenciação morfológica entre Sujeito e Agente.

Por outro lado, afirma Dixon, um exame exaustivo da literatura existente revela que nenhuma língua é consistentemente ergativa em todos seus níveis morfológicos e sintáticos. Em outras palavras, nenhuma língua trata da mesma maneira as funções S e O, distintas da função A, em todos as suas construções e com todos os tipos de constituintes de sintagma nominal. Eis uma outra característica das línguas ergativas, que as distingue das nominativas. Enquanto há línguas nominativas que tratam consistentemente S e A da mesma maneira, tanto na marcação de caso nominal e na concordância verbal como nos processos sintáticos, as línguas ergativas sempre apresentam domínios de nominatividade, são línguas ergativas "cindidas".

#### I.2.4 · A ergatividade cindida.

O português é uma língua consistentemente nominativa/acusativa, pois em nenhum de seus processos S e O são tratados do mesmo modo, excluindo o Agente. Muitas línguas, porém, exibem manifestações tanto de ergatividade como de nominatividade. O inglês, embora sendo uma língua predominantemente nominativa, apresenta no processo de incorporação um padrão de tipo ergativo (Comrie, 1978:389):

- (32) *fox-hunting*  
raposa-caçando  
"Caça à raposa"

- bird-chirping*  
pássaros-piando  
"O piar dos pássaros"

Línguas predominantemente nominativas ou ergativas podem manifestar a ergatividade ou a nominatividade, respectivamente, em domínios bem delimitados. Os condicionamentos dessa ergatividade ou nominatividade circunscritas são variados, de natureza morfológica, sintática ou semântica: as pessoas do discurso, tempo/aspecto verbal, subordinação, classes lexicais verbais, etc. Limitemo-nos a alguns exemplos.

O georgiano é uma língua nominativa, como ilustram as frases abaixo (Tchekhoff, op.cit.:174):

- (33) *k'ac-i c'er-s*  
homem-NOM escrever-3SING.PRES  
"O homem escreve"

- (34) *k'ac-i c'er-s c'eril-s*  
 homem-NOM escrever-3SING.PRES carta-AC  
 "O homem escreve uma carta"

S e A recebem o caso nominativo e se opõem a O em caso acusativo. Há em georgiano, todavia, um domínio de ergatividade nas frases com verbo qualificado pelo tempo pretérito. Compare-se os exemplos abaixo entre si e com (33) e (34):

- (35) *k'ac-i c'er-a*  
 homem-NOM escrever-PRET  
 "O homem escreveu"

- (36) *k'ac-ma c'eril-i c'er-a*  
 homem-ERG carta-NOM escrever-PRET  
 "O homem escreveu uma carta"

O basco, por outro lado, língua com morfologia ergativa dominante, reserva um domínio à nominatividade, também condicionado pelo tempo/aspecto verbal. Trata-se de um fenômeno complementar e oposto ao do georgiano, já que é exatamente a construção com verbo imperfectivo a manifestar a nominatividade em basco (Tchekhoff, op.cit.:94):

- (37) *gizona ogia jaten ari-da*  
 homem pão comer IMPERF-AUX  
 "O homem está comendo pão"

A frase acima, mesmo tendo um predicado transitivo com dois argumentos, não apresenta a flexão de caso ergativo típica da função A em basco; é agora a ordem dos constituintes a indicar os papéis sintáticos e essa ordem manifesta um padrão nominativo, já que a posição inicial de oração é reservada a S e A.

Nas línguas australianas encontramos quase que todo o leque das possibilidades de sistemas cindidos no domínio da marcação de caso. Aqui, o fator determinante é a hierarquia referencial dos nominais. O caso clássico é ilustrado pelo Bidjara do Queensland Central (Breen, 1973, apud Dixon e Blake, 1979:7):

- (38) *mardi barri-la*  
 homem gritar-PASS  
 "O homem gritou"

- (39) *mardi-ndu binu-pu baru gundha-la*  
 homem-ERG outro-ERG machado roubar-PASS  
 "O outro homem roubou o machado"

- (40) *naya barri-la*  
 Eu gritar-PASS

"Eu gritei"

- (41) *paya mardi naga-la*  
 eu homem ver-PASS  
 "Eu vi um homem"
- (42) *mardi-ndu qadyuna naga-la*  
 homem-ERG eu-AC ver-PASS  
 "Um homem me viu"

Em Bidjara a flexão de caso segue um padrão ergativo nos nomes e um padrão acusativo nos pronomes; a forma pronominal em função O difere da forma usada para A e S. Em Warlbiri (Hale, 1973, apud Dixon e Blake, op.cit.:8), nomes e pronomes flexionam ergativamente, mas é acusativo o sistema de referência cruzada dos afixos verbais de pessoa, composto de dois conjuntos, um para S e A e outro para O:

- (43) *nyatyulu ka-na puла-mi*  
 eu PRES-eu atirar-NÃO PASS  
 "Eu estou atirando"
- (44) *nyuntulu ka-npa puла-mi*  
 você PRES-você atirar-NÃO PASS  
 "Você está atirando"
- (45) *nyatyulu-ju ka-na-pku nyuntulu nya-nyi*  
 eu-ERG PRES-eu-você você ver-NÃO PASS  
 "Eu vejo você"
- (46) *nyuntulu-ju ka-npa-tyu nyatyulu nya-nyi*  
 você-ERG PRES-você-eu eu ver-NÃO PASS  
 "Você me vê"

Observe-se as formas dos prefixos marcadores de pessoa: para a primeira pessoa ("eu"), -na é S em (43) e A em (45), enquanto -tyu é O em (46). Trata-se de um padrão nitidamente nominativo/acusativo.

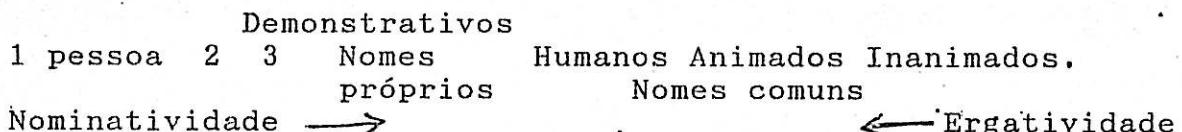
Em algumas línguas australianas, os esquemas nominativo e ergativo se sobrepõem com certas pessoas e números do paradigma pronominal, especialmente na 1 e 2 pessoas, ou incluindo a 3 pessoa. Tal fenômeno resulta numa marcação tripartida, onde a S, A e O correspondem três formas distintas.

Se em Gumbaynggir a flexão acusativa distingue os termos de parentesco e os nomes pessoais de todos os outros, marcados ergativamente, o padrão acusativo se estende nas línguas aranda a todos os nomes humanos e em Thargari, por exemplo, a todos os nomes animados.

Nas línguas australianas, a cisão entre ergatividade e nominatividade, fenômenos coexistentes, é determinada pela natureza semântica dos nominais. Sintetizando os fatos, se constata que o campo dos verdadeiros participantes do discurso - o enunciador e seu ouvinte -, é o extremo de uma

escala que se extende até os nomes comuns com referente inanimado, escala ao longo da qual se distribuem nominatividade e ergatividade. Quanto mais o nominal em função A se afasta do polo egocêntrico, mais premente é a necessidade de marcá-lo explicitamente (caso ergativo). Cada língua, por sua vez, recorta o continuum da escala num ponto específico, separando as classes de nominais em dois agrupamentos maiores, os agentes mais "naturais" dos menos "naturais".

Dixon (1979:85) reproduz diagramaticamente numa escala de "agentividade potencial" a proposta original de Silverstein (1976), que dedicou um longo ensaio ao tema da relação entre ergatividade cindida e "hierarquia referencial", nos termos do próprio autor, examinando dados de línguas indígenas norte-americanas, entre outras:



Resumindo os fatos dos sistemas cindidos, Dixon (op.cit.:85) procura explicar a sua razão de ser a partir de considerações semânticas e gramaticais:

"...um sistema de caso cindido permite à língua ser o reflexo de nuances semânticas de tipos diferentes de eventos e, em algumas instâncias, ser o reflexo tanto da categoria universal de sujeito (S,A) como de um pivot específico de certas línguas que equaciona S e O."

### I.3 A contribuição de Bernard Comrie

No final da década de 70, outro nome se destaca na literatura tipológica sobre ergatividade: o de Bernard Comrie.

A contribuição de Comrie para o assunto se faz notar não só pelo número de línguas, geneticamente distintas, por ele analisadas do ponto de vista tipológico, mas também pela maneira como sistematizou e descreve outros tipos possíveis de marcação de caso.

Se Dixon ainda postula a existência de uma estrutura subjacente, Comrie vai adotar os conceitos semânticos prototípicos de Agente (A) e Paciente (P) para representar os participantes da ação verbal transitiva, enquanto Sujeito (S) continua representando o argumento do verbo intransitivo.

S,A e P são correlatos de funções gramaticais. Assim, tanto em "João sofreu uma operação", como em "João matou o médico", o sintagma nominal "João" será rotulado como um Agente por ser o sujeito gramatical de um verbo transitivo, embora tenha papéis semânticos distintos; na primeira frase,

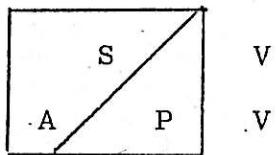
ele é o experiente, na segunda o agente propriamente dito.

O uso desses rótulos universais facilita a identificação dos participantes da oração em qualquer tipo de língua, porque numa construção transitiva prototípica sempre haverá um Agente e um Paciente, independentemente do comportamento morfológico ou sintático adotado pela língua. Partir de um arcabouço prototípico A e P para tratar das orações transitivas, ao invés de A e O, tem a vantagem para as línguas ergativas de neutralizar ideograficamente uma possível justaposição entre o símbolo O e o papel sintático de objeto direto do verbo transitivo, já que o argumento a que se atribuiria O tem o mesmo comportamento de sujeito gramatical que o S do verbo intransitivo.

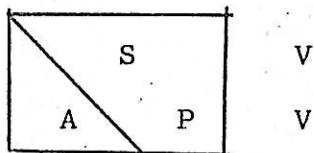
### I.3.1 Sistemas de atribuição de caso

Dada a distinção entre os argumentos S, A e P, há cinco sistemas logicamente possíveis de atribuição de caso a S, A e P. Dois desses sistemas - o nominativo e o ergativo - já foram descritos através das abordagens de Tchekhoff e de Dixon. Resumindo diagramaticamente:

NOMINATIVO-ACUSATIVO



ERGATIVO-ABSOLUTIVO



Ainda restam três possibilidades lógicas de agrupamento dos argumentos verbais nucleares.

Um sistema de marcação de caso é classificado como neutro, quando não existe distinção morfológica entre S, A e P. Nessa perspectiva, o português é um exemplo de língua com sistema neutro de caso, uma vez que, como se vê nos exemplos abaixo, nenhum dos sintagmas nominais é diferenciado por um caso morfológico:

- (47) João/o ladrão (S) correu.
- (48) João(A) matou o ladrão (P).
- (49) O ladrão (A) matou João (P).

Nas sentenças acima não há, pois, meios de se determinar apenas em termos morfológicos qual a função sintática dos nominais. Os argumentos são todos tratados de uma mesma maneira - marcados com morfema 0. Independentemente de sua função gramatical, "João" e "o

"ladrão" apresentam a mesma forma ocorrendo tanto nas funções de S,A ou P. O sistema neutro é esquematizado abaixo:

S	V
A	P

O sistema tripartido se caracteriza por apresentar formas distintas para S,A e P. Não é um sistema comum entre as línguas e, quando ocorre, abrange um número limitado de nominais. Eis sua representação em diagrama:

S	V
A	P

Nos exemplos abaixo da língua Motu da Nova Guiné (Comrie, 1978:333), se constata a existência de diferentes marcas morfológicas para cada um dos argumentos verbais: S=na, A= ese, P=Ø.

- (50) *mero na (S) e genimu*  
 menino ele levantar  
 "O menino se levantou"

- (51) *mero ese (A) aniani Ø (P) e heni-gu*  
 menino comida ele deu-me  
 "O menino me deu comida"

O sistema tripartido pode se manifestar, também, na concordância verbal. Os dados da língua Kalaw Lagaw Ya (dialeto Saibai) demonstram que no modo imperativo o verbo concorda com seu sujeito nas construções intransitivas e, simultaneamente, com A e P nas orações transitivas (Comrie, op.cit.:25):

- (52) *(ngi) pudhi*  
 você-Ssing. cair-IMP-Ssing.  
 "Caia!"

- (53) *(ngipel) pudnemoeriw*  
 vocês-DUAL cair-IMP-DUAL S  
 "Caiam!"

- (54) *ngidh nuyn mathamar*  
 você-sing.ERG ele-AC bater-IMP-sing.A-sing.P  
 "Batam nele!"

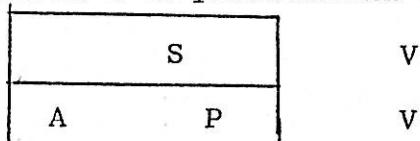
A ocorrência de um morfema de concordância verbal portmanteau para expressar a relação entre A e P numa construção transitiva pode ser considerada como uma subvariedade do sistema Tripartido. Na língua australiana Rembargna, as marcas de concordância para os sujeitos

intransitivos de 1 e 2 pessoas do singular são *ŋa* e *ŋiny*, respectivamente, ao passo que *tan* é a forma empregada para indicar que A é 2 pessoa singular e P 1 singular.

Qual seria o fenômeno responsável pela origem do sistema Tripartido? Segundo Comrie, este resulta da intersecção na hierarquia referencial (ver esquema na parte I.2.4) do sistema nominativo, concentrado à esquerda do contínuo, com o sistema ergativo, situado à direita. Nesse ponto de intersecção haveria uma dissociação entre as formas que expressam a junção de A e S, nas línguas nominativas, e de S e P nas línguas ergativas, decorrendo daí a diferenciação morfológica de A, S e P.

### I.3.2 A visão funcionalista de Comrie

A quinta possibilidade de agrupamento dos argumentos verbais seria a esquematizada abaixo:



Comrie constata que esse sistema de caso não foi atestado em nenhuma língua conhecida. O motivo de sua inexistência se deve ao fato de que as marcações de caso nos nominais têm como função distinguir os participantes de uma oração transitiva (A e P), a fim de evitar ambiguidades. É pouco provável uma língua em que os argumentos de uma construção transitiva sejam indistintos morfologicamente, enquanto S recebe uma marcação própria. Assim, se segue que uma língua pode não fazer qualquer diferenciação entre A, P e S (tipo neutro), mas, ao adotar algum tipo de marcação casual deverá distinguir A de , alocando S ora a A (tipo nominativo) ora a P (tipo ergativo), ou separando as três formas (tipo tripartido).

O dialeto iraniano Danesfani parece constituir um contra-exemplo para a explicação funcionalista de Comrie. Em Danesfani, o verbo no particípio passado concorda apenas com S, mas não com A e P na oração transitiva (Comrie, 1978:342):

- (55) *Hasan (S) buma*  
 Hasan(masc.) veio(masc.)  
 "Hasan veio"

- (56) *Zeynaba (S) bumia*  
 Z.(fem.) veio(fem.)  
 Zeynaba veio"

- (57) *Hasan/Zeynaba ſet - eſ uxā*  
 leite(masc.)- AUX-3 sing.A beber  
 "H/Z bebeu leite"

- (58) *Hasan/Zeynaba āwa - ſ uxā*

água(fem.)-AUX 3sing.A beber

Comrie contorna o problema colocado pelo Danesfani dizendo tratar-se de um sistema em transição do padrão ergativo para um outro ainda não definido (nominativo ou neutro). O Princípio Funcional subjacente ao processo de marcação de caso além de justificar a exclusão do tipo de sistema descrito acima, oferece também uma interpretação plausível para o fenômeno de atribuição de caso em Finlandês. Em Finlandês, P tem caso acusativo conferido morfológicamente só quando A é expresso por um sintagma nominal. Se não houver manifestação lexical do sujeito do verbo transitivo, não se verificará distinção morfológica entre os argumentos verbais. Todos serão tratados como absolutivos, recebendo o sufixo 0 (Comrie, 1975:115):

- (59) *Maya -Ø (S) tuli*  
Maya           veio
- (60) *Maya-Ø (A) sōi kala-n (P)*  
comer-IMP peixe-P  
"Maya coma peixe!"
- (61) *Syö kala-Ø (P)*  
"Coma peixe!"

O sistema do finlandês não deve ser tratado como sendo do tipo nominativo/acusativo, porque neste a marca de caso nominativo ou acusativo é realizado independentemente da presença de ambos os argumentos do verbo. Um exemplo é o Polonês, língua nominativa/acusativa, na qual o objeto permanece no caso acusativo mesmo não havendo um agente expresso (Comrie, 1975:112-113):

- (62) *Maria (NOM) czyta tē ksiązke (AC)*  
Maria ler AUX este livro  
"Maria está lendo este livro"
- (63) *czyta się tē ksiązke (AC)*  
ler este livro  
"Este livro é lido"

Assim, o sistema de atribuição de caso em línguas nominativas pode ser resumido no quadro abaixo:

S (NOM)	V
S (NOM)	V O (AC)
	V O (AC)

O sistema de marcação de caso do Finlandês é, na verdade, uma imagem especular desse tipo ergativo. De fato, como se viu nos exemplos do Basco de (11) a (15), o que está em jogo nas línguas ergativas é se o verbo tem um ou dois argumentos expressos. Quando tem um só argumento, o caso

morfológico a ele atribuído será o absolutivo (0); quando A e P estão presentes, será A a receber a marca de caso ergativo. Em finlandês, inversamente, se marca P. Comrie denomina línguas como o finlandês de línguas de tipo anti-ergativo e os esquemas abaixo visualizam esse paralelismo invertido:

ERGATIVO	ANTI-ERGATIVO
S (ABS) V	S (ABS) V
S (ERG) V O (ABS)	S (ABS) V O (ANTI-ERG)
V O (ABS)	V O (ABS)

O princípio funcional fica assim mantido, já que tanto nas línguas ergativas quanto nas anti-ergativas, a atribuição de caso distingue A e P. Nas línguas nominativas, esse princípio se gramaticaliza a tal ponto que a marca casual permanece mesmo na ausência de um dos argumentos da construção transitiva.

### I.3.3 A co-ocorrência de vários tipos de sistemas

Todos os tipos de sistemas descritos na seção anterior são compatíveis entre si, isto é, podem coexistir numa mesma língua, como vimos acontecer nos sistemas cindidos, e até mesmo co-ocorrer numa mesma construção.

Na língua australiana Kalaw Lagaw Ya (dialeto Saibai), a marcação de caso nos nominais apresenta quatro tipos de sistema, dependendo da natureza do sintagma envolvido (Comrie, 1981). Pronomes pessoais singulares e duais e substantivos comuns plurais ficam no caso neutro (uma mesma forma para A, S e P). Nomes próprios singulares e duais se comportam de modo nominativo/acusativo (S e A marcados por morfema 0, P marcado por -n). Substantivos comuns singulares e duais se enquadram no esquema ergativo (S e P 0, A -in). Pronomes pessoais singulares têm um sistema tripartido (formas distintas para A, S e P).

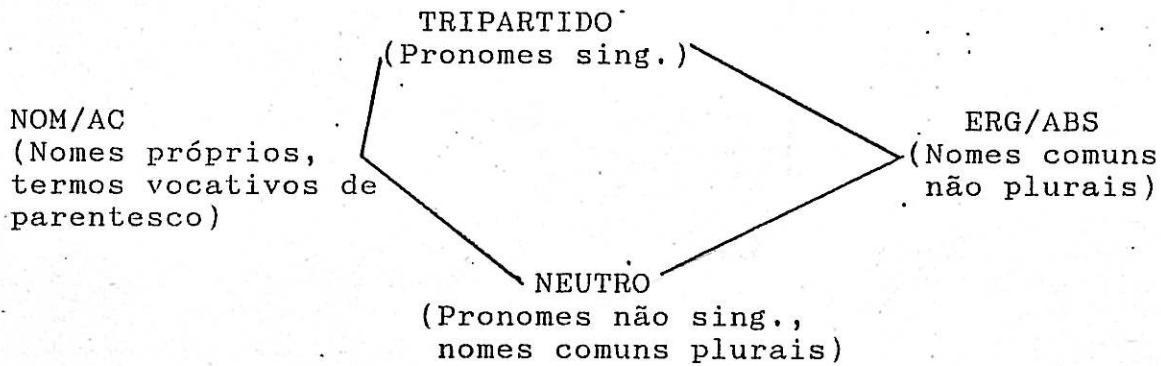
Os exemplos abaixo (Comrie, 1981:9-10) ilustram a co-existência desses diferentes tipos de sistemas numa mesma construção. Observe-se que a concordância verbal no modo indicativo é sempre ergativo/absolutiva:

- (64) *ngoeiy (NEUTRO) Kala-n (AC) mathaman (ERG)*  
nós todos Kala bater-SING.  
"Nós batemos em Kala"
- (65) *ngath (TRIP) Kala-n (AC) mathaman (ERG)*  
eu-ERG  
"Eu bati em Kala"
- (66) *ngath (TRIP) burum (ABS) mathaman (ERG)*  
eu-ERG porco bater-SING

"Eu bati no porco"

- (67) *Garkoez-in (ERG) Gibuma-n (AC) mathaman (ERG)*  
 "Garkoez bateu em Gibuma"
- (68) *Garkoez-in (ERG) burum-al (NEUTRO) mathamoeyn*  
*porco-PL Bater-PL*  
 "Garkoez bateu nos porcos"
- (69) *ngath (TRIP) burum-al (NEUTRO) mathamoeyn*  
 "Eu bati nos porcos"

No dialeto Saibai do Kalaw Lagaw Ya, a marcação de caso é determinada exclusivamente pela posição do nominal numa escala específica de hierarquia referencial, que torna mais complexo o esquema proposto por Silverstein e Dixon. Os extremos da hierarquia continuam sendo caracterizados pelos sistemas nominativo e ergativo; entre eles, todavia, ocorrem os sistemas tripartido e neutro (Comrie, 1981:11):



#### I.3.4 A origem do sistema ergativo

Comrie advoga pela autonomia do sistema ergativo, não mera transição diacrônica entre sistemas, contestando as hipóteses existentes sobre sua origem (Comrie, 1978). Como já se viu, uma dessas hipóteses é que o ergativo se origina da construção passiva de línguas nominativas.

Há casos que parecem fornecer suporte empírico para tal hipótese. As línguas indo-iranianas manifestam hoje uma ergatividade circunscrita ao tempo/aspecto perfectivo. No sânscrito, língua documentada mais antiga da família indo-iraniana, o verbo no perfectivo tinha distinção entre a voz ativa e a passiva. Um desenvolvimento possível é que na história das línguas indo-iranianas atuais a voz ativa tenha sido substituída pela voz passiva. Concomitantemente, as propriedades de sujeito foram incorporadas pelo agente da passiva que passou a exercer a função de A.

Por outro lado, existem línguas, como o Georgiano, cujos fatos se mostram contrários à tese da passiva obrigatória como fonte da ergatividade. As formas do pretérito ou aoristo no Georgiano - exemplificadas em (35) e

(36)- funcionam com base no sistema ergativo e são anteriores às do presente que manifestam um sistema nominativo. Poder-se-ia supor que a origem da cisão no sistema georgiano de marcação de caso tenha sido o desenvolvimento de formas nominativas a partir de construções anti-passivas..

Segundo Comrie, apenas as línguas sintaticamente ergativas, como o Dyirbal, fornecem argumentação a favor da hipótese de que diacronicamente as construções ergativas teriam derivado de passivas através da perda das formas ativas correspondentes. Para as outras línguas nenhuma das duas direções de desenvolvimento pode ser excluída: do nominativo ao ergativo ou vice-versa.

Outra possível origem da ergatividade seriam as nominalizações.

Em Russo, por exemplo, apenas S e P podem ser submetidos ao processo de nominalização. Não existe na língua uma estrutura correspondente ao inglês: "The enemy's destruction of the city", onde A recebe o caso genitivo e o verbo se torna nominalizado. A partir desse fato, seria possível argumentar que se o russo se tornasse ergativo, a mudança se iniciaria pelas formas nominalizadas substituindo as formas verbais finitas.

O iraniano parece comprovar a origem da ergatividade via nominalizações. Constatou-se, porém, que no desenvolvimento histórico da língua, as formas nominalizadas foram reanalisadas como passivas e subsequentemente como ergativas. Não houve, então, uma derivação direta de construções ergativas a partir de formas nominalizadas.

Há evidências, por outro lado, de que as nominalizações surgem como fator de desagregação do sistema ergativo. É o caso do Jacaltec (Maya), onde as orações principais funcionam com base no sistema ergativo, enquanto que as subordinadas, de regra construções nominalizadas, são predominantemente nominativas (Comrie, 1978:378):

- (70) *sikinax hac<sup>v</sup> (S)*  
cansado 2sing.-ABS  
"Você está cansado"

- (71) *sk- ac<sup>v</sup> (P) w (A) -ila*  
ASP-2sing.ABS 1sing.ERG - ver  
"Eu vi você"

- (72) *sk - on (S) ro ku (S) saxcox*  
ASP-1PL ABS ir 1PL.NOM brincar  
"Nós fomos brincar"

- (73) *sk - on ro hac<sup>v</sup> ku (A) kolo*  
ASP-1PL.ABS ir 2SING.AC 1PL.NOM - ajudar  
"Nós fomos ajudar você"

Segundo Comrie, tais fatos apontam não apenas para um único processo diacrônico unidirecional. Mais uma vez, o

sistema ergativo deveria ser analisado enquanto sistema independente.

Estaria a manifestação da ergatividade vinculada ao fator "agentividade"?

Em algumas línguas, a marcação de caso ergativo parece estar sendo motivada pelo grau de controle do sujeito sobre a ação verbal, como se verifica em Batsbi, língua caucasiana (Comrie, 1978:366):

- (74) *txo naiz dax gitra*  
 nos-ABS ao/chão cair  
 "Nós caímos ao chão (sem intenção)"

- (75) *Atxo naiz dax gitra*  
 nos-ERG  
 "Nós caímos ao chão (intencionalmente)"

Em Batsbi, quando a ação é intencional, o sujeito vem expresso no caso ergativo, até mesmo em construções intransitivas, como o exemplo (75) demonstra.

Há, por outro lado, evidências de outras línguas, como o Basco, onde não há identificação entre marcação ergativa e agentividade. Na sentença abaixo, "ódio", nome inanimado, recebe o caso ergativo (Comrie, op.cit.:357):

- (76) *herra-k z- erabiltza*  
 ódio-ERG você-move  
 "O ódio te inspira"

Em Georgiano, onde a cisão no sistema de caso é determinada pela oposição tempo/aspecto, o mesmo sintagma nominal pode ocorrer tanto marcado no caso nominativo, como no ergativo, o que nos leva a concluir que não há uma correlação entre ergatividade e a natureza semântica do nominal (Comrie, op.cit.:351):

- (77) *Student-i (NOM) ceril-s cer-s*  
 aluno-NOM carta-AC escrever-PRES  
 "O aluno está escrevendo a carta"

- (78) *Student-ma (ERG) ceril-i dacer-a*  
 aluno-ERG carta-NOM escrever-PRET  
 "O aluno escreveu a carta"

Por outro lado, na língua australiana Dalabon, o sufixo ergativo *-yi* ocorre com todos os agentes inanimados, mas não com todos os agentes animados.

Como vimos, não há nenhuma evidência segura e definitiva a favor de nenhuma das hipóteses consideradas sobre a origem da ergatividade. Disso Comrie conclui que ao sistema ergativo deve se conferir um estatuto autônomo, colocando-o ao lado do mais conhecido e consagrado sistema nominativo.

#### I.4. A perspectiva semântica de A.E.Kibrik

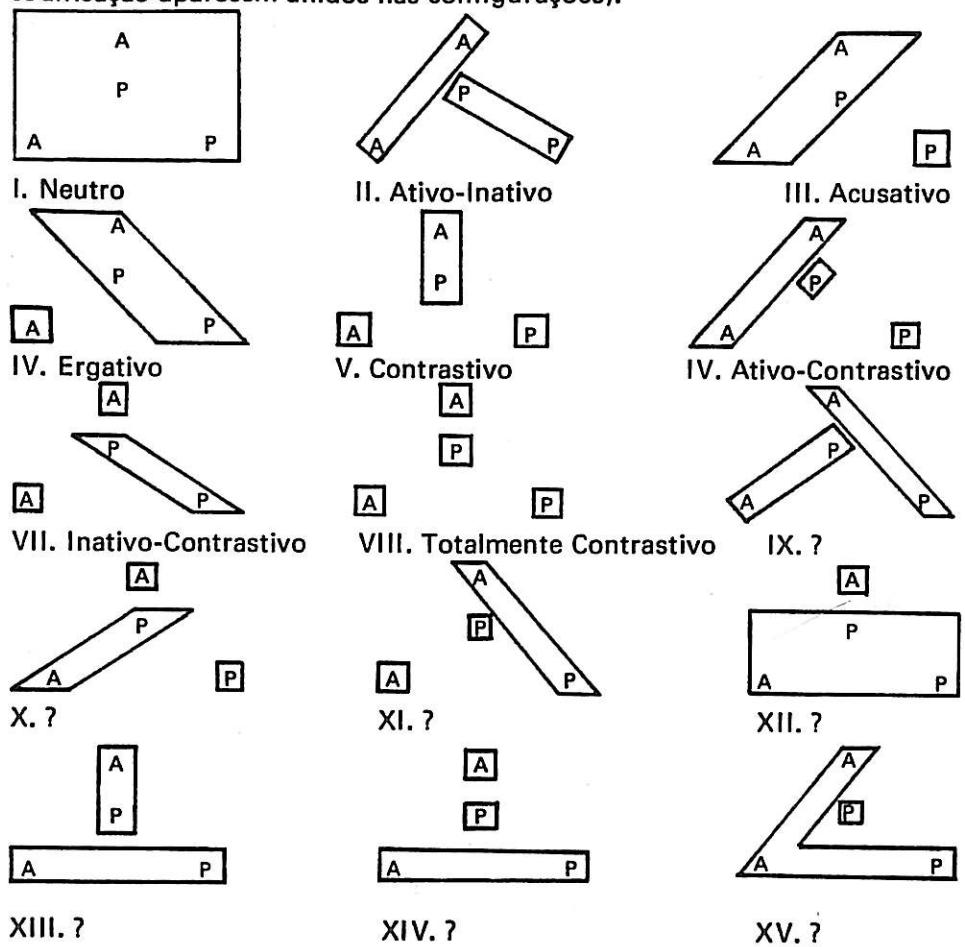
A argumentação funcionalista desenvolvida por B.Comrie em defesa da autonomia do tipo ergativo é reforçada pelo linguista soviético A.E.Kibrik (1979,1986). Baseado em dados de 20 línguas caucásicas setentrionais, refuta ele a abordagem feita em termos sintáticos e consubstanciada no uso da metalínguagem tripartida Sujeito, Agente, Objeto ou Paciente, que traduziria uma visão eurocêntrica, indicadora da primazia e universalidade das categorias gramaticais conhecidas como "sujeito" e "objeto". Esse uso reduziria a ergatividade a um fenômeno imotivado e exótico, um mero mecanismo de atribuição automática do caso ergativo para o sujeito dos verbos transitivos. Como a ergatividade engloba uma grande diversidade tipológica, a ponto de línguas consideradas ergativas por um linguista não o serem por outro, o único caminho produtivo, para Kibrik, que permite chegar à essência do fenômeno é introduzir uma dimensão semântica que parta dos papéis de Agente e Paciente em predicados de 1 ou 2 actantes, estabelecendo as relações de codificação entre o conteúdo semântico e a expressão gramatical. Poder-se-iam, assim, explicar propriedades sintáticas como a ocorrência ou não de determinadas transformações (a passiva, por exemplo) que opõem ergatividade e acusatividade. Essas propriedades deixam de ser um mero acaso ou acidente e passam a ser decorrentes do desenvolvimento lógico das relações existentes entre a codificação de papéis semânticos e marcas de caso.

Nessa proposta, as estruturas sintáticas expressas anteriormente como SV, AVO ou AVP serão consideradas como verbos de 1 actante Agente ou Paciente (V+A, "João saiu"; V+P, "A janela quebrou") e verbos com 2 actantes em que um é Agente e o outro Paciente (V+A+P, "João atropelou o menino"). Os rótulos Agente e Paciente são, evidentemente, uma simplificação, uma vez que encobrem papéis semânticos bem mais diferenciados como experienciador, instrumento, destinatário, etc. E é por isso que se podem encontrar línguas contrastivas, isto é, línguas em que as formas para expressar as quatro possibilidades de papéis semânticos dos actantes são diferentes.

Há 15 possíveis combinações de codificações de A e P, embora, nas línguas conhecidas, só ocorram oito, como se vê nos esquemas abaixo, em que na linha horizontal A e P representam os argumentos dos verbos de dois actantes e na linha vertical A é o argumento Agente ou Paciente dos verbos de um actante:

- ii) Verbo + Paciente: verbos como 'ser bom', 'estar morto' (mas não 'morrer');
- iii) Verbo + Agente + Paciente: verbos como 'matar', 'golpear'.

7. A marcação de caso dos NPs nesses esquemas de caso pode dar origem a distintos sistemas de oposições, cujo número total será de quinze, se se considerar que são igualmente possíveis todos os sistemas formalmente diferenciáveis. Veja-se o Quadro I, a seguir, onde estão representados os quinze sistemas. (Os argumentos que apresentam a mesma codificação aparecem unidos nas configurações).



**Quadro 1: Cálculo formal dos tipos de codificação dos Argumentos.**

**Nota da tradutora:** Em cada configuração os dois símbolos superiores representam os argumentos A(agente) e P(paciente) de verbos de um lugar; os dois símbolos inferiores representam os argumentos A(agente) e P(paciente) de verbos de dois lugares.

É o compromisso de equilíbrio entre tres princípios enumerados a seguir que explica a ocorrência ou não dessas construções, a saber: motivação semântica, isto é, a expressão inequívoca dos papéis semânticos; diferenciação entre actantes, a tendência a que os papéis semânticos dos actantes de verbos com múltiplos argumentos serem não-ambíguos; a economia de expressão, ou seja, a tendência a neutralizar as oposições semânticas recuperáveis.

Assim é que uma construção contrastiva (V. acima) é semanticamente motivada, mas não é econômica, enquanto que a neutra (I. acima) não é diferenciada. Por isso, construções neutras só podem ocorrer com certas classes de verbos em que os actantes se diferenciem por algum outro traço como animado/inanimado, a fim de possibilitar a recuperação dos papéis semânticos e não causar ambiguidades. As construções IX, X, XI não são semanticamente motivadas e XII, XIII, XIV e XV não são suficientemente diferenciadas, neutralizando parcialmente A e P. Por isso são inexistentes. Já uma construção ativa é semanticamente motivada, uma vez que é perfeitamente compreensível e consistente dar uma mesma forma aos Agentes e outra aos Pacientes de verbos com 1 ou 2 actantes, embora tal procedimento não seja econômico, pois não neutraliza papéis recuperáveis, uma vez que os papéis semânticos de Agente ou Paciente podem ser uma decorrência direta da divisão das raízes verbais em ativas e inativas. A construção parcialmente contrastiva também não é econômica e por isso é pouco encontrada nas línguas conhecidas. Um exemplo de sua ocorrência é o Motu, língua melanésia da Nova Guiné. A construção acusativa é altamente econômica, embora não seja semanticamente motivada, uma vez que é difícil explicar a neutralização entre o P dos verbos de 1 actante e o A de verbos de 2 actantes.

Finalmente a construção ergativa é tanto semanticamente motivada quanto econômica. É semanticamente motivada por dar a mesma expressão a um mesmo papel semântico, que une A e P de verbos de 1 actante com o P de verbos de 2 actantes. Na terminologia de Kibrik esse papel semântico é denominado de Factitivo (FA), papel semântico esse que vai se expressar em um determinado caso, absolutivo em algumas línguas, nominativo em outras.

É essencial para a compreensão do pensamento de Kibrik o entendimento do termo Factitivo. Factitivo é um hiperpapel semântico que abrange, nas línguas ergativas, o actante que designa o participante mais imediato, mais próximo e mais afetado na situação de comunicação; em oposição à Ator que, nas línguas acusativas, designa o participante protagonista da situação. Factitivo se opõe, nas línguas ergativas, a Agente, expresso no ergativo, caso que marca o actante periférico, não essencial à ação verbal, ao contrário do Factitivo que engloba os actantes essenciais.

Nessa perspectiva, é a ausência de um Factitivo, um hiperpapel que une A e P de verbos com 1 actante e P de verbos de 2 actantes, que torna possível e necessária uma

categoría Sujeito, tal como concebida nas línguas acusativas. Nas línguas ergativas, as propriedades comuns aos sujeitos das línguas nominativas/acusativas, como o controle da concordância, seriam encontradas nos actantes em caso nominativo, o qual expressa o papel Factitivo, como se pode ver abaixo nos exemplos do Archi, língua caucasiana do Daguestão (Kibrik, 1979:67):

- (79)a. *dija w-irx<sub>o</sub>in*  
 FA,I,sg.nom V,I,sg.  
 "O pai trabalha"
- b. *buwa d-irx<sub>o</sub>in*  
 FA,II,sg.nom V,II,sg  
 "A mãe trabalha"
- c. *dija w-arxar-ši w-i*  
 Fa,I,sg.nom V,ger,I,sg Aux,I,sg  
 "O pai está trabalhando"
- d. *buwa d-arxar-ši d-i*  
 FA,II,sg.nom V,ger,II,sg Aux,II,sg  
 "A mãe está trabalhando"
- e. *dija-mu x<sub>o</sub>alli b-ar-ši b-i*  
 A,I,sg.erg FA,III V,ger,III,sg Aux,III,sg  
 "O pai está assando o pão"
- f. *buwa-mu x<sub>o</sub>alli b-ar-ši b-i*  
 A,II,sg.erg FA,III,sg.nom V,ger,III,sg Aux,III,sg  
 "A mãe está assando o pão"

Em 79 a e b, o verbo concorda com a classe e o número do substantivo que tem o caso nominativo, caso esse que expressa o papel semântico factitivo. "Pai" é um substantivo singular da classe I e o verbo tem em sua forma a marca de singular da classe I. "Mãe" é um substantivo singular da classe II e o verbo tem a marca do singular da classe II. O verbo concorda, pois, com o substantivo que executa a ação por ele designada, o Agente (A). Os exemplos c e d mostram que o mesmo mecanismo atua também no verbo auxiliar. Em 79 e e f, o verbo principal e o auxiliar concordam com o número e a classe do actante que expressa no nominativo o papel semântico factitivo, só que aqui não se trata mais do agente (expresso no ergativo e das classes I em e e II em f), mas do paciente (P), que é da classe III.

O Factitivo determina a marcação de caso e a concordância verbal. O Agente, expresso pelo ergativo, determina apenas a marcação de caso, tendo assim uma função periférica. Além disso, todos os outros constituintes que modificam o verbo e que recebem marcadores de classe e número concordam com os actantes designados pelo Factitivo. O exemplo abaixo (Kibrik, op.cit:68) ilustra essa primazia do Factitivo:

- (80) *buwa-mu b-ez dit-b-u x<sub>e</sub>alli a-b-u*  
 A(II),sg.,erg. DES,III Adv,III,sg. FA(III),sg. V,III,sg.  
 "Mãe (A) assou para mim (DES) o pão (FA) cedo"

Neste exemplo não só o verbo mas também o Destinatário e o Advérbio concordam com a classe do paciente expresso pelo Factitivo.

O papel secundário do ergativo em Archi é evidenciado também nos verbos chamados "difusos", isto é, verbos que podem ser inseridos num arcabouço de 1 ou 2 actantes, como "queimar" e "comer" em português: "O fogo queimou a panela" e "A panela queimou"; "João comeu a maçã" e "João comeu". Em Archi não são permitidas as construções em que é inserido apenas o Agente, marcado com o caso ergativo, o que pode ser um indicativo de que o Agente depende para sua marcação ergativa de um Factitivo (vide I.3.2.). O ergativo, pois, não tem independência, não pode aparecer por si só, mas pode ser cancelado (vide I.1, exemplos 7 e 8).

Nas línguas nominativas/acusativas é o Sujeito que controla a reflexivização. Em Archi, quando há dois sintagmas nominais co-referenciais, é o nome contido no sintagma nominal à esquerda que comandará a forma reflexiva, independentemente do papel semântico do segundo sintagma nominal (Kibrik,op.cit.:72):

- (81)a. *towmus žunaru x<sup>v</sup>onnol daku*  
 Ele,(DES) Refl,(=ele) esposa,(FA) ver(Aor.)  
 "Ele viu sua própria esposa"

- b. *tor ženaw bošormus daku*  
 Ela,(FA) Refl(=ela) marido(DES) ver(Aor.)  
 "O marido dela a viu"

Em (81.a) é o Destinatário que controla o reflexivo, em (81.b) é um Factitivo. Se, porém, os dois sintagmas co-referenciais forem diretamente ligados a um verbo e um deles for um Agente, então será o Agente que controlará a forma reflexiva. Nesse caso o comportamento do Archi é igual ao das línguas nominativas/acusativas.

Como na reflexivização, os papéis semânticos ou sintáticos não impõem qualquer restrição às transformações de cancelamento de sintagmas nominais idênticos, relativização e redução de conjunção. Como qualquer papel semântico pode controlar a forma reflexiva, também qualquer sintagma nominal que expresse qualquer papel semântico pode ser cancelado ou relativizado. Restringiremos a exemplificação ao cancelamento de sintagmas nominais co-referenciais (Kibrik,op.cit.:71):

(82) *bosor, kðaHan soli, weIrsu*

Homem-[<sup>V</sup>(I),sg.nom.] bastão-[<sup>V</sup>(IV),sg.nom.] segurar-[ger,IV,sg] correr[I,sg,aor]  
"O homem correu segurando o bastão"

No exemplo acima, que pode ser desdobrado em "O homem (FA) corre", "O homem (A) segura o bastão", há o apagamento de um sintagma nominal Agentivo co-referencial a um Factitivo.

Observe-se, aqui, que o Archi difere bastante do Dyirbal, no qual, conforme se viu em I.2.1., não se podem cancelar ou coordenar sintagmas que tenham papéis semânticos diferentes. Segundo Kibrik (1979:274-275) houve, em Dyirbal, a gramaticalização do papel semântico Factitivo, devido a fatores discursivos e, nesse caso, a língua não é mais semanticamente ergativa, mas sintaticamente ergativa. A gramaticalização de papéis semânticos como Ator e Factitivo é uma consequência da assimilação das expressões casuais - perdendo estas a sua motivação semântica subjacente situacional - por sintagmas nominais que tenham alguma saliência discursiva. Não havendo mais homogeneização semântica, os casos passam a figurar nas condições de restrições de regras como reflexivização, formação de relativas, coordenação, etc. Na interpretação de Kibrik, foi este o caminho seguido pelas línguas indo-européias para a gramaticalização do papel semântico Ator na categoria de sujeito.

Se a maleabilidade exemplificada em 82 é permitida em Archi, outras restrições são notórias: não há transformação de alçamento, extraposição, voz passiva ou qualquer outra mudança de diátese. Essas características sintáticas são explicadas, nessa proposta funcionalista, como decorrentes da perfeita motivação semântica subjacente à expressão dos papéis semânticos. Transformações como alçamento, extraposição, passivização implicam a dessemantização dos meios de expressão dos papéis sintáticos e tornam opaca a relação entre os papéis semânticos subjacentes e sua expressão unívoca morfológica. Como reflexivização ou cancelamento de sintagmas nominais não acarretam modificações nas expressões dos papéis semânticos subjacentes, são elas naturalmente permitidas. E também por isso, a dois meios de expressão do papel semântico subjacente corresponderá sempre uma diferença semântica (Kibrik, op.cit.:71):

(83) *bez/zarak x<sub>o</sub>alli boq'i*

DES,dat/loc Fa,nom V,imp  
"Dá-me (DES) o pão (FA)"

O exemplo acima, em que o actante do papel semântico Destinatário pode estar expresso no dativo ou no locativo, tem duas leituras: com o dativo o significado é de posse permanente ("Dê-o para mim para que eu fique com ele") e no

locativo de posse transitória ("Dê-o para mim para que eu o passe adiante").

Para unir a diversidade que o termo "ergatividade" encompassa e, concomitantemente, deixar patente a heterogeneidade dos fatos que ele reúne, Kibrik estabelece dois tipos de ergatividade: a ergatividade canônica e a ergatividade mista.

Propõe, corente com sua perspectiva semântica, três componentes constitutivos do significado de uma mensagem para caracterizar os subtipos possíveis de ergatividade: o componente situacional, o componente dos atos de fala e o componente comunicativo.

O componente situacional é aquele em que a descrição da informação sobre a situação extralingüística, encontrada em qualquer mensagem primária, é feita em termos de um verbo e dos papéis semânticos de seus argumentos. As línguas ergativas canônicas são aquelas em que a marcação de casos é feita levando em conta apenas o papel semântico dos actantes dos argumentos verbais e em que cada papel semântico tem seu próprio procedimento de expressão, as relações entre o papel semântico e a expressão a ele dada sendo, assim, transparente. Portanto nenhuma transformação gramatical poderá acarretar mudanças nos papéis semânticos subjacentes. O Archi, assim como o Avar e o Chechi, línguas cujo estudo no século XIX deu origem à problemática da ergatividade, são, nessa conceituação, muito próximas a uma ergatividade canônica.

Cada enunciação, porém, se dá num ato de fala e a informação aí codificada pode estar correlacionada com a situação interna desse ato, de modo a destacar o envolvimento ou não dos participantes na situação descrita e/ou as relações temporais ou aspectuais entre a situação descrita e o momento da fala. O componente do significado das enunciações que trata desses casos é o componente do ato de fala.

Já o componente comunicativo relaciona o sentido de uma enunciação às atitudes do falante quanto ao conteúdo da mensagem, indicando se o falante julga ser verdadeiro ou não, desejável ou não, se é uma informação nova ou que parte da enunciação é nova ou velha, o que é importante e o que é secundário. Esses dois componentes, além do componente situacional, sempre presente na ergatividade, podem influenciar o modo de expressar as relações entre os argumentos de um verbo. E nesse caso diz-se que a ergatividade é mista, conforme se verá a seguir.

Como exemplos de ergatividade mista determinada pelo componente dos atos de fala são clássicos os casos de cisões de sistemas condicionados pela hierarquia referencial de pessoa e pelo tempo/aspecto verbal perfeito ou passado.

Dixon, como já se mencionou em I.2.4., mostra que a hierarquia referencial pode ocasionar uma cisão (3) na marcação de casos de formas pronominais, limitando o

aparecimento de um padrão ergativo à não-pessoa do discurso, a 3 pessoa. Essas cisões também ocorrem em línguas do Dagestão, como o Dargwa, Lak, Tabarassano e Udi. Nessas línguas caucasianas mistas, a concordância verbal e a marcação de caso, que, como se viu em línguas ergativas canônicas como o Archi, se faz num padrão ergativo, passam a ser feitas, quando a 1a. e a 2a. pessoas estão envolvidas no ato de fala, num padrão acusativo (Udi).

A explicação funcionalista dada para essa quebra de transparência na relação entre os papéis subjacentes e a expressão morfossintática é semântica. As línguas mistas estariam tentando solucionar uma contradição entre o papel central semanticamente ativo, que desempenham no ato de fala o falante e o ouvinte, e sua expressão feita por um caso que, como já se viu, é periférico, o ergativo.

A ocorrência de uma construção ergativa limitada ao tempo/aspecto perfeito ou perfectivo (vide I.2.4., exemplos 33, 34, 35 e 36 e em I.3.4 os exemplos 77 e 78) pode ter também uma explicação advinda do componente do ato de fala. Em primeiro lugar, o perfeito e o passado não estão diretamente ligados à situação de fala, pois o momento em que esta se dá é apenas o ponto de partida para a contagem do tempo e o evento relatado se realiza fora da situação. Em segundo lugar, o A dos verbos de 2 actantes tem um papel periférico na semântica do perfectivo. O que importa nessas construções é a relação estabelecida entre o A e o P dos verbos de 1 actante e o P dos verbos de 2 actantes, isto é, a medida em que esses actantes são afetados pela ação descrita (Hopper & Thompson, 1980). A evidência para o status periférico de A nessas construções se apoia no fato histórico de que muitas línguas acusativas desenvolveram no perfeito uma construção passiva paralela à construção ergativa ativa (vide I.3.4). A construção passiva pode ser entendida como resultante de uma transformação que torna periférica uma posição argumental. Com o desaparecimento da construção ergativa, a passiva tende a ser interpretada como uma construção ergativa, exatamente porque o agente está nela, como na construção ergativa, numa posição não-argumental periférica.

Como exemplo da ação do componente comunicativo, pode-se citar a única construção em Archi que tem a escolha da marcação de caso determinada não pelos padrões semânticos, mas por estratégias discursivas da exposição. Uma sentença como a vista em 80.c ("A mãe está assando o bolo"), que tem o padrão Ergativo Nominativo Verbo, pode ser também atualizada num esquema Nominativo Nominativo Verbo. A construção nominativa indica que "o bolo" é a informação nova, correspondendo à resposta à pergunta "O que a mãe está assando?". Já na construção ergativa, a informação nova é "assando o bolo", sendo resposta à pergunta "O que a mãe está fazendo?".

Resumindo, as línguas ergativas canônicas podem ser caracterizadas como aquelas em que há uma transparência quase óptima entre o papel semântico subjacente e sua expressão morfológica, inexistindo praticamente a interferência de componentes discursivos e comunicativos na codificação gramatical da mensagem. As línguas ergativas canônicas são, pois, semanticamente ergativas, uma vez que a codificação dos actantes é determinada tão somente pelos papéis semânticos subjacentes e os outros componentes pragmáticos, discursivos ou não-gramaticais não interferem nessa codificação (4). Além de ser semanticamente ergativo o Archi é, diferentemente do Dyirbal, que é sintaticamente ergativo, sintaticamente neutro. Já nas línguas ergativas mistas gramaticaliza-se a ação desses componentes e as relações entre os papéis subjacentes e suas expressões se tornam opacas em alguns contextos semanticamente explicáveis.

A argumentação desenvolvida por Kibrik, centrada na periferalidade do caso ergativo, vem reforçar a proposta feita por Keenan (1976) da não-universalidade da categoria gramatical de "sujeito". Nas línguas ergativas, as características atribuídas ao "sujeito", como se viu, seriam encontradas no A e P dos verbos com 1 actante e no P dos verbos de 2 actantes, mais especificamente nos actantes que codificam o papel semântico de Factitivo. Nas línguas ergativas mistas, essas características estariam também distribuídas em A, o que tornaria extremamente difícil uma conceituação unívoca e universal de "sujeito de uma sentença". As dificuldades encontradas por Anderson (1976) em detectar o sujeito em línguas desse subtipo são consideradas, nessa perspectiva, uma evidência da inadequação dessa noção gramatical e da adequação de uma abordagem semântica para o caso das línguas ergativas.

Como se disse no início, Kibrik se diferencia de Comrie e Dixon quanto à escolha de termos primitivos que irão designar os argumentos de verbos de um ou dois actantes. Tal diferença de uso não deve ser considerada uma mera variação notacional. Muito pelo contrário essa diferenciação reflete concepções bem divergentes quanto às conexões existentes entre papéis semânticos, relações gramaticais e marcação de caso. As notações de Comrie e Dixon levam a supor que a relação se limita à estrutura gramatical, sendo a estrutura lógico-semântica dispensável. Já para Kibrik e Klimov, como se verá a seguir, a relação entre a estrutura lógico-semântica e a marcação de caso pode ser direta, com exclusão da estrutura gramatical.

[NOTAS. (3) Convém observar aqui que Kibrik e Dixon usam o termo "cisão" com dois sentidos diferentes. Kibrik considera línguas de ergatividade cindida aquelas em que "ergatividade semântica" (transparência entre papéis semânticos e sua expressão morfológica) é correlacionada com acusatividade sintática ou vice-versa, isto é, semanticamente acusativas e sintaticamente ergativas (1986:275). De acordo com vários

autores essa última possibilidade é excluída, como vimos em I.2.3.

(4) Nessa perspectiva, o Tagalog, língua maláio-polinésia falada nas Filipinas, é um exemplo de língua semanticamente acusativa. Segundo a análise de chachter (1977), é o papel semântico de Ator, expresso nos mais diversos casos morfológicos, que controla a concordância verbal e também não há restrições casuais para o cancelamento de sintagmas nominais. ]

### I.5. A.Klimov e as línguas de tipologia ativa

Enquanto Comrie e Kibrik argumentam em prol de um tipo ergativo autônomo e independente, com características próprias e distinto do tipo nominativo, A.Klimov (1974,1979) vai definir a ergatividade como um tipo de transição entre o ativo e o acusativo, reunindo características tipológicas de ambos. Em termos diacrônicos, Klimov considera o tipo ergativo como uma etapa possível e intermediária, mas não obrigatória, num desenvolvimento histórico que tem a direção de um estágio primeiro estativo e um subsequente nominativo.

Trazendo à cena da discussão línguas ameríndias como o Guaraní, Sirionó e Kamayurá, da família sulamericana Tupi-Guaraní, e as da América do Norte estudadas principalmente por E.Sapir, como o Haida, Tlingit, Eyak, Atapaskan da família Nadene, o Dakota, Assiniboine, Ponca e Tutelo do grupo Sioux e as línguas do Golfo do México como o Creek, o Hichita e o Coasati, Klimov reúne características léxicas, morfológicas e sintáticas, algumas delas compartilhadas pelo tipo ergativo, que formam um sistema ativo.

Uma construção ativa é aquela em que os actantes ativos dos verbos de 1 ou 2 argumentos são codificados do mesmo modo, enquanto que os actantes pacientes são codificados de outro. Reproduzindo aqui o esquema apresentado em I.4. tém-se a seguinte representação para os tipos ativo, ergativo e nominativo:

Assim uma língua ergativa codifica do mesmo modo o sujeito ativo ou não (A,P) de verbos de 1 argumento como "eu ando" e "eu estou cansado" e o objeto (P) de verbos de 2 argumentos, como "ele me bateu" (caso absolutivo ou factitivo, diferenciando-os do sujeito (A) de verbos transitivos (caso ergativo). As línguas ativas codificam do mesmo modo os sujeitos de verbos transitivos e intransitivos ativos (A) ("ele me bateu" e ". ele correu") e de outro o sujeito dos verbos intransitivos não-ativos (P) ("eu estou cansado") e o objeto de verbos transitivos (P) ("ele me bateu"). Já as línguas nominativas têm a mesma forma para o sujeito de verbos transitivos e intransitivos ativos ou não (caso nominativo) e outra para o objeto dos verbos transitivos (caso acusativo).

É essa concidênciia parcial entre a expressão do sujeito de verbos intransitivos e o objeto de verbos transitivos que fez com que as línguas do tipo ativo fossem consideradas uma variação da ergatividade. Dixon (1979:80-85) as trata como um caso de cisão da ergatividade semanticamente condicionada pelo verbo.

As línguas de tipo ativo são também conhecidas como línguas de sujeito cindido em virtude de os sujeitos dos verbos intransitivos dinâmicos receberem uma marca diferente dos sujeitos dos verbos intransitivos estativos.

Para Klimov a diferença entre os sistemas ativo, ergativo e nominativo não reside somente na codificação dos actantes dos verbos, mas também na medida em que o elemento central para a organização da gramática é a relação sujeito/objeto. Nas línguas nominativas, que distinguem de maneira dicotómica sujeito (caso nominativo) e objeto (caso acusativo), essa relação é direta e central, sendo elas organizadas em torno de um eixo de transitividade e intransitividade dos verbos. Nas línguas ativas, as relações sujeito e objeto se expressam de modo muito indireto, já que sua marcação separa os sujeitos dos intransitivos dinâmicos e estativos. Na organização da gramática das línguas ativas o que importa não é a dicotomia transitividade e intransitividade, mas a participação ativa ou não-ativa dos actantes na ação verbal. Essas línguas privilegiariam, pois, o eixo semântico em detrimento do grammatical, não havendo a necessidade de se discriminhar se a valência dos verbos é de um ou dois actantes. Já as línguas ergativas expressariam a dicotomia sujeito/objeto de um modo menos direto do que as línguas nominativas, uma vez que o absolutivo abrange o sujeito dos intransitivos e o objeto dos transitivos, separando-os claramente do sujeito dos transitivos. Desse modo são línguas em que a oposição transitividade/intransitividade está presente, mas em que as propriedades de sujeito se distribuem difusamente entre os actantes codificados no caso absolutivo. Reunem, assim, características do sistema nominativo e do ativo.

Para um entendimento da proposta de Klimov é essencial diferenciar construção, estrutura e sistema. Por construção se entende a codificação de papéis semânticos dos verbos de 1 ou 2 argumentos em seus casos morfológicos. Por estrutura se entende a oposição existente entre os casos nas construções paralelas. Uma construção ergativa, por exemplo, consiste de um verbo com 2 argumentos, A e P, em que A é tratado diferentemente de P (caso ergativo). Já uma estrutura ergativa requer a existência de uma estrutura absolutiva que consiste de um verbo de 1 argumento, A ou P, em que este se expressa no caso absolutivo. As propriedades tipológicas que co-ocorrem com a estrutura ergativa constituem o sistema ergativo. E por sua vez características léxicas, morfológicas e sintáticas que co-ocorrem com a estrutura ativa constituem o sistema ativo.

Klimov defende a posição de que o sistema ativo é independente, oposto ao nominativo, e tem suas

características próprias, assim como o nominativo. O sistema ergativo tem características do sistema ativo e do sistema nominativo por ele se mover ora em torno de um eixo gramatical, ora em torno de um eixo semântico.

Para estabelecer as características de cada sistema, Klimov distingue entre implicações, isto é, traços que são efetivamente essenciais a uma estrutura e com ela concomitantes, e frequentalia, traços que são frequentemente encontrados com uma dada estrutura.

Enumeraremos a seguir algumas características das línguas ativas que a singularizam das ergativas e outras que são compartilhadas com as ergativas. Uma exemplificação mais completa será encontrada na seção em que trataremos de línguas ativas nas famílias tupi-guarani e jê.

Como traço implicacional das línguas ativas está a distinção que o léxico dessas línguas faz entre os verbos. A oposição aqui, diferentemente das línguas nominativas, não é entre verbo transitivo e intransitivo, mas entre verbos ativos (correr, dormir, dar, bater, chorar, comer, etc.) e inativos (estar cansado, ter fome, ser feliz, etc.). Essas classes não são estanques, podendo ocorrer a ativização de um verbo estativo (estar podre--->apodrecer).

Nas marcas referenciais de pessoa a mesma distinção ativo/não-ativo está presente, havendo duas séries de afixos: uma ativa que marca o participante ativo das ações verbais dinâmicas e outra não-ativa que marca o participante não-ativo. Essa série inativa, também conhecida como objetiva, que marca o agente não-ativo dos verbos estativos, é idêntica aos afixos de posse nominal. Exemplos do Lakota mostram essa estratégia (apud DeLancey, 1985:49):

- (84)a. *wa-kte*  
1A-matar  
"Eu o matei"
- b. *ma- kte*  
1P-matar  
"Ele me matou"
- c. *wa - n̄iwa*  
1A-nadar  
"Eu nado"
- d. *ma - ta*  
1P-morrer  
"Eu morro"

No exemplo (a) marca-se o Agente de um verbo dinâmico e no (b) o Paciente (a terceira pessoa é 0 em Dakota). No exemplo (c) do mesmo modo que em (a) marca-se o Agente de um verbo ativo, "nadar", com a mesma forma do exemplo em (a). No exemplo (c) o Paciente de um verbo inativo, "morrer", recebe a mesma marca do Paciente do verbo ativo "matar".

O traço atividade/não-atividade está presente também nos nominais. As línguas ativas têm classes de nominais, reunindo de um lado os nomes que designam pessoas, animais e, de outro, os que traduzem os conceitos de objetos e fenômenos da natureza. Em Navajo, os nomes de pessoa, animais, árvores e plantas pertencem à classe ativa e os objetos e fenômenos da natureza à classe não-ativa. Em Dakota esse binarismo se apresenta sob os traços animado/inanimado. É frequente que na classe dos não-ativos outras subdivisões sejam encontradas.

Na morfologia nominal essa dicotomia também se evidencia nos substantivos, que são divididos em duas classes: os de posse inalienável e os de posse alienável. Os substantivos de posse inalienável são os que designam partes do corpo de pessoas ou animais, termos de parentesco e conceitos intimamente relacionados com uma pessoa ou animal (comida, arco, casa, cachimbo, nariz, sonho, flecha, etc.). É possível estabelecer uma relação entre essa divisão e o traço semântico atividade/não-atividade, uma vez que a forma de posse inalienável só é usada com nomes que se correlacionam com os nomes ativos. Nos pronomes, a atividade/não-atividade dos participantes pode explicar a ocorrência frequente de uma la. pessoa do plural inclusiva (que inclui o ouvinte) e uma exclusiva (que não o inclui), oposição lexical que pode ser indicativa de uma representação inativa do destinatário em sua relação com a situação descrita.

Nas línguas ativas, a morfologia nominal é pouco desenvolvida, o verbo acumulando mais afixos do que o nome. Categorias como número e gênero nominal são pouco encontradas. Há também uma conexão bastante íntima entre o nome e o verbo e, às vezes, as raízes para as duas classes lexicais são as mesmas. A diferenciação entre as duas classes não é bem marcada. Essa indistinção gerou na linguística norte-americana pontos de vista contrários sobre a forma básica para a derivação conversiva. Sapir e Hoijer defenderam a posição de que o nome é a forma primária, outros que é o verbo. Raramente os sintagmas nominais têm um morfema de caso ativo ou inativo e quando há, como em Dakota, a marca de ativo está sufixada apenas aos pronomes. É o verbo que vai acumular a expressão de todos os elementos da sentença, o que leva a caracterizar essas línguas como polissintéticas. É o que pode se ver no seguinte exemplo do Tunica (Haas apud Van Valin 1977:99):

- (85) *sinsa'kutεhε'ni*  
 sink "3 fem.pl.P" + sa'ku "comer + ti "3fem.sg.A"  
 +-aha"negação" +-a'ni "citação"  
 "Ela não os comeu, diz-se"

Assinala ainda Klimov (1974:16) que as partes constitutivas de uma sentença, numa língua ativa, são determinadas pela posição dominante do verbo, os sintagmas

nominais desempenhando principalmente o papel de adposições que correspondem aos afixos paralelos expressos no predicado. Convém ressaltar aqui essa formulação de Klimov, da qual muito se aproximaria Saito (1984) e Jelinek (1984), segundo o modelo da teoria gerativa, para a redifinição do discutido parâmetro da configuracionalidade (vide ).

Além disso, não sendo necessário aos sintagmas nominais o desempenho de funções gramaticais e semânticas, por estarem estas já expressas no verbo, ficam eles livres para o exercício de funções pragmáticas e discursivas.

Passando às características que são compartilhadas pelos sistemas ativo e ergativo, podemos enumerar: (a) a ordem básica SOV, sendo a SVO própria das línguas nominativas; (b) a relação interna muito íntima entre objeto e verbo, ocorrendo frequentemente a incorporação; (c) a existência de construções "afetivas" (com os verbos sentiendi: ver, ouvir, etc. e os psicológicos: saber, achar, pensar, etc.) em que o sujeito que é um paciente é expresso em um outro caso que não é o inativo, mas o oblíquo; (d) a possibilidade de se usar o mesmo item lexical para os verbos difusos; (e) a ausência de um verbo indicador das relações típicas sujeito-objeto como o verbo ter, ocorrendo, porém, uma construção possessiva; (f) ausência de uma voz passiva, dada a não funcionalidade das categorias sujeito/objeto e a codificação semântica dos casos.

Comrie (1976), em resenha ao livro fundamental de Klimov, *Esboço de uma teoria geral da ergatividade*, observa que algumas das características consideradas como exclusivas de um sistema ergativo não se confirmam com o exame de outras línguas. Assim, nas línguas australianas, que são ergativas, a ordem preferencial é a que se inicia com V. Línguas nominativas também têm a ordem SOV, como as mongólicas, o coreano, o japonês, etc. A construção possessiva também não é privativa de línguas ergativas ou ativas, sendo muito comum a inexistência de um verbo indicador de posse.

Quanto ao argumento de que a existência de verbos "difusos" constitua uma evidência a favor da não-pertinência da distinção transitividade/intransitividade, Comrie observa que Klimov não distingue aqueles verbos em que não há rearranjo das relações gramaticais como "João comeu a maçã" vs. "João come". Embora suas observações sejam feitas sem uma verificação mais sistemática, parece-lhe que as línguas nominativas raramente usariam um outro item lexical para esse caso, enquanto que as línguas ergativas tenderiam a fazer uma distinção lexêmica (vide a argumentação de Kibrik em I.4). Também, de modo intuitivo, tem ele a impressão de que a transitividade/intransitividade é mais essencial nas

línguas ergativas do que nas nominativas, por nestas ser a transitividade redundante, uma vez que o único fator relevante é geralmente a presença ou a ausência de um objeto. Nas ergativas a distinção entre verbo transitivo e intransitivo tem repercussões mais amplas na gramática, influindo na marcação de sujeito e na concordância verbal.

Outra dificuldade que ressalta é a de provar empiricamente a proposta de uma direção na mudança histórica, tal como formulada por Klimov, por serem poucas as línguas ativas ou ergativas que tenham uma história registrada. A única evidência comprovada que se tem é a das línguas indo-iranianas que, muito provavelmente, mudaram da nominatividade para a ergatividade. Embora esse exemplo não possa ser considerado conclusivo, pois pode ter havido influência de outras línguas tipologicamente diferentes, que interferiram na evolução natural, o que resta é que o único caso comprovado que se tem infirma a hipótese de Klimov. De qualquer modo, aceitando-se ou não as objeções de Comrie, não há dúvida de que a identificação e a tentativa de estabelecer as características de uma tipologia ativa suscita um debate instigante e levanta questões ainda não respondidas satisfatoriamente.